

A importância do psicólogo nas instituições militares de forças auxiliares

Borges, Camila Duarte Brandão¹
Gonçalves, Kauana Marcelino²
Nicaretta, Bárbara Aparecida³
Nogueira, Máira Souza⁴

Resumo

Neste ensaio teórico argumenta-se sobre a importância de apoio psicológico para militares que integram as forças auxiliares a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da psicologia do trabalho. Compreende-se que policiais e bombeiros militares estão sob grandes tensões, causando-lhes desgastes emocionais e físicos. O psicólogo inserido nos quartéis deve pensar na melhoria da saúde mental e física destes profissionais devido à profissão exigir-lhes uma rotina de trabalho excessiva.

Palavras-chave: Psicologia, Saúde Mental, Militar, instituição, trabalho.

Abstract

This theoretical essay argues about the importance of psychological support for military personnel who integrate the auxiliary forces from the theoretical-methodological assumptions of work psychology. It is understood that police and military firefighters are under great stresses, causing them emotional and physical wear and tear. The psychologist inserted in the barracks should think about improving the mental and physical health of these professionals because of the profession require them an excessive work routine.

Key Words: Psychology, Mental Health, Military, Institution, Work

¹ Acadêmica de psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande

² Acadêmica de psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande

³ Acadêmica de psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande

⁴ Professora orientadora da faculdade de psicologia do centro universitário de Várzea Grande. Participou da elaboração e aprovação do artigo final.

INTRODUÇÃO

As origens do militarismo e da humanidade podem até se confundir. No Brasil, as forças de defesa e as Forças armadas do Brasil, se formaram ao longo de toda a série de conflitos ocorridos na História do país. Apesar de terem sido institucionalmente estabelecidas tardiamente (Exército em 1824; Marinha em 1824; e Força Aérea em 1941), essas forças refazem suas origens às disputas do período colonial e da guerra da independência. Diferentemente das Forças Armadas, a formação do sistema policial brasileiro se deu a partir do início do século XIX, (CORREA *et al*, 2010).

O artigo 144 da constituição federal diz que, “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: V- policiais militares e bombeiros militares”. Atemo-nos a expor no artigo sobre esses dois órgãos, denominados também como forças auxiliares das forças armadas.

Estão entre os fatores que contribuem para a qualidade de vida do indivíduo, muitos aspectos, entre eles: a família, a cultura, o lazer, as relações interpessoais, o trabalho e etc. O trabalho seria por sua vez, o aspecto que mais contribui para essa qualidade de vida, seja ele por dois motivos: é por ele que as pessoas conduzem os outros fatores, como o lazer e a cultura; e de um modo geral a maior parte ativa do tempo desse indivíduo é trabalhando (DAVID e FARIA 2007).

Militares no geral sofrem pressões tanto social quanto pela forma de sistematização de seu trabalho. A insatisfação no trabalho, a falta de materiais em bom estado para serem usados, o salário não condizente a atividade realizada, são fatores que atingem e comprometem a saúde do militar (SILVA e VIEIRA, 2008).

Wisner (1994) descreve que existem três componentes que estruturam a situação de trabalho: físico, cognitivo e psíquico. O componente psíquico é tabu em muitas instituições militares, ficando, muitas vezes, deixado de lado tanto pelo trabalhador quanto pela instituição ao qual pertence.

A psicologia do trabalho é um campo da psicologia que permite dedicar ao estudo das concepções de uma visão geral e detalhada sobre a relação homem – trabalho. Apesar de recentes, as pesquisas sobre a relação do trabalho com os processos psíquicos do trabalhador ganharam mais voz no começo do século XX (MENDES, 1995).

É exercida uma ação específica sobre o homem a partir da organização do trabalho, em que o impacto é o aparelho psíquico; e que em certas circunstâncias surge um sofrimento que se pode conferir ao choque entre uma história individual e uma organização do trabalho que os ignora. (DEJOURS citado por BUENO e MACÊDO, 2012). Ou seja, pessoas realizam suas satisfações e até sonhos em trabalhar em certas empresas, e quando se deparam com a realidade das mesmas entram em sofrimento por não serem aquilo que esperavam, por não existir uma consideração mútua entre ambos e sim somente da parte do trabalhador.

Dejours e colaboradores (1993) citados por Silva e Vieira (2008) descreve que uma tensão psíquica se caracteriza pelo de excitações internas ou externas, sendo que as internas se referem ao instinto, pulsão, desejo etc., do trabalhador, e as externas se referem às informações visuais, táteis, auditivas e etc. Para o autor, a organização de trabalho adequada é aquela que oferece um modo do trabalhador escoar essas excitações e/ou tensões.

A motivação para escolha desse tema foi observar em pessoas próximas que exercem essas profissões o incômodo com várias questões relacionadas ao trabalho, que as fazem entrar em um nível de estresse altíssimo, com um desequilíbrio de emoções, e em decorrência o aparecimento de reações fisiológicas. Em vista disso, o objetivo deste artigo é ressaltar a importância do profissional psicólogo nas instituições militares especificamente nas forças auxiliares (Polícia Militar e Bombeiro Militar), destacando alguns dos agentes estressores mais presentes.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1. Psicologia do Trabalho

A Psicologia do trabalho, das organizações e da indústria como eram chamada anteriormente, passam por mudanças ao longo do tempo, alterando o foco do trabalho. De acordo com os períodos anteriores a mesma é classificada de outras maneiras até chegar aos conceitos hodiernos. Inicialmente as questões associadas à saúde e doença mental não faziam parte do cotidiano de trabalho do psicólogo (JACQUES, 2007). Nas organizações atuais o psicólogo já lida com questões relacionadas a saúde do trabalhador, com intuito de proporcionar melhores condições de trabalho.

O crescimento da Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT) desde o século XX, foi marcada por três fases, nas quais foram ocorrendo diversas mudanças (ZANELLI, 2002). A primeira fase está relacionada com os interesses da indústria, intentando maior produtividade, e operacionalizando os propósitos do taylorismo. Na segunda fase, a POT deixou de focar somente na produtividade e passou a se preocupar com as estruturas das organizações, porém a atuação do psicólogo ainda tinha como meta a produtividade. É somente na terceira fase que o trabalho do psicólogo começa a focar na saúde mental do trabalhador. Afastando-se da fixação pela produtividade e se passando a pensar no indivíduo, fazendo com que ele tenha uma vida saudável, com condições melhores de trabalho. Além da tecnologia, o investimento em capital humano também passou a ser visto como uma maneira de aumento da produtividade. Esse novo reposicionamento deu ênfase na saúde mental do homem que trabalha. (Goulart e Sampaio 1998 *apud* Pinheiro et al 2012).

Jacques 2007 escreveu sobre a relação do homem-trabalho através da visão dos filósofos Hegel e Marx:

Em Hegel (1985), o homem, mediante o trabalho, transforma o mundo ao mesmo tempo em que se transforma a si mesmo, humanizando-se. Na concepção de Marx (1983), o trabalho se apresenta como condição básica para a emancipação humana e como atividade fundamental e responsável pelo processo de hominização (JACQUES, 2007, p.113).

A separação das funções modularia o entendimento e dedicação do indivíduo com o trabalho, enquanto à divisão dos funcionários modularia os relacionamentos interpessoais e motivaria as questões afetivas, a partir disso a organização influenciaria no estado psíquico do trabalhador (DEJOURS e ADOUCHELI 1994 apud MARTINEZ e PARAGUAY, 2003).

Hodiernamente, o discurso encontrado nos folhetins que tratam das relações do trabalho configura uma incansável preocupação com a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores (HELOANI e CAPITÃO, 2003).

Se a qualidade de vida do trabalhador é vista, pelo menos como uma política de relações públicas, ou como uma meta quase recorrente, deve-se perguntar o que no trabalho pode ser apontado como fonte específica de nocividade para a vida mental. A trama em que essa questão está envolta é quase evidente: a luta pela sobrevivência leva a uma jornada excessiva de trabalho, e as condições em que o trabalho se realiza repercutem diretamente na fisiologia do corpo (HELOANI e CAPITÃO, 2003).

Na visão de Dejours (1994), para que o bem-estar do trabalhador seja almejado, é importante que ele desenvolva seu trabalho na função desejada, pois isso possibilita que o sujeito encontre uma fonte de equilíbrio e realização para melhor desenvolver sua função. Para ele, o trabalhador que desenvolve uma função não desejada, que não se enquadra no perfil do mesmo, acarreta-se uma fonte de desprazer e tensão, possibilitando uma futura patologia.

O trabalhador que teve a oportunidade de escolher o seu trabalho tem maior possibilidade de equilibrar e estruturar a sua descarga psíquica. Por sua vez aquele que não o faz é diretamente atingido por uma maior facilidade de descontentamento, tensão e desprazer, ocasionando assim a fadiga psíquica, a qual poderá desencadear a patologia (DEJOURS, 1994; Citado por MARTINEZ E PARAGUAY, 2003).

Seria importante expor quais questões se confrontam no âmbito do trabalho para que ocorra a satisfação dos servidores dentro desse contexto. O desprazer no trabalho está relacionado a diversos fatores: questões salariais, a falta de reconhecimento do trabalhador dentro da empresa e também a obrigatoriedade em desenvolver uma função que não corresponde ao interesse do trabalhador (quando acontece) e as questões de riscos na qual cada sujeito reage de uma maneira. O conjunto de fatores relacionados à satisfação do sujeito é de suma importância para que reflita no seu bem-estar e na sua saúde (DEJOURS, 1994).

Entre os fatores que mais contribuem para o adoecimento do trabalhador estão: doenças sem relação com o trabalho, doenças decorrentes do trabalho, doenças que são agravadas devido ao trabalho, acidentes dentro de empresas ou em serviços fora da empresa, entre outros. (MENDES e DIAS, 1999 citados por JACQUES, 2007).

As doenças referentes ao trabalho se dividem entre três grupos, segundo a classificação de Schilling, 1984 (Brasil, 2001), utilizados no Brasil. No primeiro grupo, o trabalho aparece como causa necessária, situa-se as doenças legalmente reconhecidas, como por exemplo intoxicação por algum reagente. Já no segundo grupo, o trabalho aparece como executor auxiliador, mas não necessário, como tumores, enfarte e fibromialgia. No terceiro e último grupo, o trabalho é conceituado um provocador de um distúrbio latente ou agravador de doença já estabelecida, tal qual, bronquite, asma, alergias e transtornos psiquiátricos (BRASIL, 2001).

Segundo Henne e Locke (1985) citados por Martinez e Paraguay (2003), a satisfação se relaciona ao estado emocional de bem estar no trabalho, e a insatisfação do sujeito desencadeia reações fisiológicas involuntárias, que desenvolvem-se em patologias físicas e mentais.

Assim, satisfação no trabalho também é importante para a saúde mental do indivíduo na medida em que aquela pode ter uma extensão de seu efeito para a vida particular e, ao contrário, caso ocorra à insatisfação no trabalho, será acompanhada de desapontamento que permeará a vida do indivíduo, afetando seu comportamento fora do trabalho (CODA, 1986; Citado por MARTINEZ e PARAGUAY, 2003).

O trabalho enquanto complemento é significativo para a saúde mental do trabalhador, pois o desprazer com o seu serviço pode influenciar também nos outros aspectos da vida do indivíduo, conseqüentemente prejudicando-o fora deste local.

Neste referencial teórico, o trabalho torna-se perigoso para o aparelho psíquico quando se opõe à livre atividade, quando a liberdade para organização da atividade é limitada, opondo-se aos desejos do colaborador, gerando aumento da carga psíquica e abrindo espaço para o sofrimento.

2. Adoecimento mental no trabalho militar: agentes estressores e sofrimento psíquico

Independente da área de atuação profissional, a identificação de agentes estressores que propiciam futuros problemas psíquicos no trabalhador pode ocorrer em qualquer esfera do âmbito organizacional, visto que, são os estímulos físicos e psicossociais presentes no ambiente que podem impactar negativamente na saúde do indivíduo (LOPES, 2010).

No caso dos policiais e bombeiros militares, esses estímulos aparecem com frequência em seu dia-a-dia. Esses profissionais estão sob grande carga de tensão, além do desgaste emocional e físico, pois além de terem que dar conta desse desgaste pessoal, ainda precisam se envolver no sofrimento alheio, de pessoas que precisam de seus serviços, no caso a população. (BAPTISTA, et al, 2005; BENEVIDES-PEREIRA, 2002; GIL-MONTE e PEIRÓ, 1997).

A cultura militar e sua estrutura estão consolidadas sob dois alicerces: hierarquia e disciplina. Danos físicos e psíquicos acabam sendo considerados apenas parte da rotina, visto que as organizações militares são ambientes de autoritarismo, submissão e muitas das vezes, abuso de poder (CORREA *et al.*, 2010).

[...] Não é difícil entender que se trata de uma categoria profissional bastante vulnerável à produção de sofrimento psíquico, visto que o exercício do trabalho é marcado por uma rotina em que a tensão e os perigos estão sempre presentes. É também dentro das organizações que se estabelecem as relações sociais, relações essas que também são responsáveis pelo prazer ou sofrimento psíquico dos trabalhadores (SPODE e MERLO, 2004).

Por serem profissões em que o profissional precisa estar disposto a se doar pelo outro, uma gama de sentimentos os envolve, como: aflição, estresse, preocupação, ansiedade, angústia, etc. Como consequência, estão submetidos às possibilidades de desenvolverem alguma das síndromes do meio laboral, como por exemplo, a síndrome de burnout (LOPES, 2010).

O burnout é uma síndrome que surge em resposta aos estressores crônicos presentes no ambiente de trabalho, a exaustão emocional é seu principal sintoma, além da reduzida satisfação pessoal com o trabalho,

associada a sentimentos de incompetência. Por ser uma síndrome predominantemente do mundo do trabalho, ela foi reconhecida no Brasil como uma doença ocupacional (MASLACH e JACKSON 1981; LOPES, 2010).

Segundo Sales e Sá (2016, p.183), “[...] dentre os fatores elencados como causas dos adoecimentos, aparecem prioritariamente às condições insalubres próprias do trabalho policial militar”. Entre os fatores mais falados estão: escalas exaustivas, desgaste físico, estresse, e sofrimento, pelo risco de morte que a profissão carrega. Outros elementos envolvidos são: medo de obter alguma lesão; incerteza de julgamentos morais dos outros; tédio de atividades repetitivas; confusão entre interesses pessoais e os da corporação, e a má remuneração (FERREIRA; MENDES, 2001).

O estresse é um fator que se encontra bastante presente no meio militar, por se tratar de categorias que colocam em exposição à integridade física, que se associa ao trabalho de cunho operacional que os mesmos realizam. Souza Filho *et al* (2015), afirma que o alto nível de estresse compromete a saúde do trabalhador ocasionando o aparecimento tanto de doenças físicas como de doenças psíquicas, levando a pessoa a ter comportamentos agressivos, em que muitas delas procuram “abrigo” no abuso de substâncias químicas, como álcool.

Há uma série de situações que afetam diretamente o cotidiano profissional desses militares, questões como: as relações de comando, o relacionamento interpessoal, o cumprimento de tarefas, os padrões de obediência e desempenho funcional, além das questões de satisfação e motivação para o trabalho. Considerando que dada à natureza da ocupação, o índice de estresse é alarmante, produzindo indivíduos com níveis preocupantes de sofrimento psíquico. (BARBOSA, 2016, p.12).

Outro agente estressor que se tornou comum no meio militar foi/é o assédio moral. Segundo Correa, *et al.*, (2010, p.12) “[...] trata-se de um conjunto de comportamentos que, voluntária ou involuntariamente, leva a vítima ao desequilíbrio e à instabilidade emocional.” Os autores ainda afirmam que o assédio pode se caracterizar por ser uma conduta abusiva, do tipo físico ou psicológico, que vai contra a dignidade da pessoa de uma forma que venha a ser repetitiva e por um longo período de tempo, o que acaba por expor o trabalhador à situações constrangedoras, causando um insulto à dignidade e à integridade psíquica do mesmo. Os assediadores em geral promovem atos humilhantes ao trabalhador, como pedir para que ele realize tarefas absurdas e

impossíveis, apenas para que seja ridicularizado publicamente. Para Heloani (2004), o assédio moral é um ato intencional, que consiste na alta desqualificação da vítima, com o intuito de demonstrar maior poder na maioria das vezes. O autor declara que esses agressores são na maioria das vezes pessoas inseguras quanto à sua competência profissional, e podem exibir, às vezes, apresentar desconfiança e suspeitar de outras pessoas.

Apresentando extrema dificuldade para admitir críticas, essas pessoas podem agir com desconfiança e excessiva suspeita em relação às atitudes alheias, a quem atribuem intenções maldosas; e, aparentando hipersensibilidade, podem exagerar o risco e a incerteza presentes em diversas situações; atitudes essas que ajudam a supervalorização de seu trabalho e o fortalecimento de sua autoestima (HELOANI, 2004, p.5).

Temos que compreender o assédio moral no local de trabalho como sendo toda e qualquer conduta abusiva que venha a se revelar por comportamentos, atos, gestos, e escritos que tragam danos à dignidade e integridade física e psíquica da pessoa (HIRIGOYEN, 2006).

A autora afirma ainda que os aspectos da agressão moral podem ser *ascendente*- subordinado assedia o chefe, *descendente* – o chefe assedia o subordinado e *horizontal*- pessoas do mesmo nível hierárquico se assediam.

Leal e França (2015) realizaram uma pesquisa em uma companhia de polícia militar da Paraíba, para apurarem a existência ou não do assédio moral naquela instituição. Algumas das frases que alguns militares falaram a eles sobre o modo de como se sentiram diante de um episódio de assédio moral foram: “[...] incapacidade de se comunicar com alguém que tem autoridade”; “falta de confiança em si próprio podendo chegar à depressão”; “[...] o militar é dominado pela vontade de seu superior, o poder”. Os autores constataram o aparecimento do medo, e sentimento de impotência frente ao problema como também o repúdio ao chefe e ao ambiente de trabalho (LEAL e FRANÇA, 2015).

Por esses e mais tantos outros diversos fatores que levam o indivíduo a psíquico e por conseqüente, aos problemas de saúde mental. “A vítima pode entrar em depressão e sofrer, por exemplo, por um longo período de insônia” (HELOANI, 2004, p.6).

Tudo isso reflete na qualidade de vida do sujeito, pois estaria ela diretamente ligada ao grau de satisfação que esse indivíduo tem diante da vida,

com causas multifatoriais, de origem socioeconômica, psicológica e física (Souza Filho *et al* 2015).

Souza Filho *et al* (2015, p.168), concluíram em sua pesquisa realizada com 316 policiais de Belo Horizonte - Minas Gerais, que, a família e o apoio social dos amigos são fatores indispensáveis para uma boa qualidade de vida, além de que o “[...]reconhecimento da profissão e a importância do trabalho desempenhado pelos policiais para a sociedade são aspectos que contribuem para uma percepção positiva”.

Profissionais com boa qualidade de vida no trabalho estariam com menores probabilidades de adquirirem doenças psíquicas provenientes do meio laboral. “As pressões da organização do trabalho e a sociedade aflita são fatores que podem influenciar no aumento da fadiga e nas crises mentais” (SILVA e VIEIRA, 2008, p.167).

A partir das pesquisas já realizadas sobre esses estressores dentro das instituições militares, observa-se número insuficiente de profissionais da saúde mental, e a carência de apoio assistencial dentro dessas organizações. Portanto, é importante mais uma vez que se reflita sobre a necessidade do psicólogo nas corporações.

3. O Psicólogo no militarismo – a importância de seu papel nas instituições

Há aproximadamente três décadas a preocupação de se ampliar a psicologia para além das áreas que eram exercidas se tornou visível. No ano de 1982, o governo do estado de São Paulo abriu vagas no serviço público para psicólogos, o que contribuiu para que a profissão estendesse seus limites. (Guirado, 2009). A autora Guirado (2004), descreve que Bleger (conhecido por abordar sobre psicologia institucional), afirma que a “saída de psicólogos dos consultórios” não é mais uma variação da profissão, é sobre tudo uma necessidade social.

A psicologia militar é uma das áreas da psicologia jurídica, e embora o psicólogo jurídico atue mais na aplicação de testes, ele também atua na formação geral e específica das policias militares e civis e forças armadas. O

psicólogo militar vai exercer treinamento e formação básica da psicologia policial, avaliação pericial, curso de direitos humanos, e também o trabalho clínico para fornecer assistência em saúde mental. Além disso, ele procurará o reestabelecimento biopsicossocial dos sujeitos, objetivando a readequação do comportamento do militar frente às exigências da função. As bases militares maiores, possuem clínicas de saúde mental para militares e seus dependentes. (BARBOSA, 2016, no prelo).

Outra forma do psicólogo atuar nas instituições militares é como civil, sendo contratado junto ao órgão da secretaria de segurança pública, por exemplo, não estando vinculado com a instituição militar de fato. Nessa forma eles podem trabalhar com atendimento clínico, oferecendo serviços em saúde mental, na forma de avaliações, acompanhamentos, terapia. Os psicólogos civis que atendem essas instituições têm normalmente uma sobrecarga maior de pacientes, já que não se encontram no mesmo meio em que os militares. (BARBOSA, 2016, no prelo).

De qualquer uma das maneiras a atuação do psicólogo nas instituições militares de forças auxiliares ainda é recente no Brasil, muitos estados ainda não possuem o profissional. Minayoet *al* 2011, descrevem que o cargo de psicólogo militar ainda é novidade, os militares ainda não estão acostumados com o acompanhamento psicológico, gerando até preconceitos com os que procuram apoio, pois para eles é como se estivessem admitindo estarem se tornando loucos. “O psicólogo é um agente de mudança e um catalisador ou depositário de conflitos, e, por isso, as forças operantes na instituição irão agir no sentido de anular ou amortizar suas funções e sua ação” (GULA E PINHEIRO, 2007).

A saúde mental do indivíduo no âmbito organizacional se tornou um assunto tão sério e até mesmo preocupante que em maio de 1999 o Ministério da Previdência e Assistência Social publicou um Decreto 3.048, que discrimina os transtornos mentais relacionados ao trabalho (HELOANI, 2004).

É de suma importância que as instituições de trabalho ofereçam algum tipo de suporte (como o suporte psicológico) que atue de forma eficiente em auxiliar indivíduos acometidos de problemas que influenciam sua qualidade de vida no trabalho. A psicologia institucional é uma forma de intervenção psicológica com significado social, o psicólogo tem o objetivo de promover a saúde dos

colaboradores da mesma, a partir das relações grupais e pessoais (BLEGER, 1984).

A psicologia organizacional atual enfatiza que o psicólogo na instituição considere a interação das características do trabalhador, a natureza do trabalho, sua estrutura organizacional e o ambiente externo (ZANELLI, 2002). Ou seja, a visão do psicólogo atuante nas instituições não se limita em apenas tratar o sujeito, ele tem o entendimento da importância do contexto, pois é a partir daí que suas intervenções se tornam mais eficientes seja na conjuntura da psicologia institucional ou da psicologia organizacional.

Bleger (1984) se refere ao termo psico-higiene como sendo uma forma de estabelecer uma instituição dinâmica, promovendo condições que causam bem-estar nos colaboradores. Assim sendo, o psicólogo deve estar atento e manter seu trabalho nas ocorrências multifatoriais, viabilizando a promoção da saúde da instituição em seu todo e não apenas no indivíduo que está em sofrimento (GULA E PINHEIRO, 2007).

Cabe ao psicólogo [...] analisar todos os fenômenos humanos na sua relação com a instituição nos seus variados aspectos objetivos, dinâmicos e na sua estrutura enquanto ambiente de atuação, onde o trabalho psicológico na prática tem um maior espaço de significação social (Lima, Silva e Santos 2015, p.2 *apud* Bleger 1984).

De início o principal método do psicólogo é a observação, a partir dela ele levantará hipóteses do que se firma como realidade. Assim, ele estudará como se desenvolve ou como é a dinâmica do lugar, pois, de um lado está o indivíduo que é afetado por essa dinâmica institucional, e de outro lado ele é parte dela, tendo um pouco de sua personalidade envolvida na realidade da mesma, pois são os próprios trabalhadores que fazem parte da identidade da instituição, e mudanças realizadas nelas afetam a personalidade dos que a integram (BLEGER, 1984).

Na opinião de policiais militares que estão em atendimento, atividades oferecidas pela instituição, por exemplo terapias em grupo, palestras e atendimentos, causam modificações no dia a dia destes profissionais [...] (SALES e SÁ 2016, p. 182-183).

Existe uma necessidade de um olhar mais humanizado voltado para os servidores militares, pois além de zelar pela segurança de uma população, eles carregam consigo as responsabilidades das suas ações, essas que possuem um impacto considerável na sociedade. Assim sendo, a atuação do psicólogo

junto às instituições militares, tem (para estados onde tem psicólogo militar) e teria (para estados que não tem o psicólogo militar) uma utilidade transformadora, levando melhores condições de saúde dos trabalhadores, o respeito à subjetividade deles, o respeito as suas questões, a abertura de espaços de discussões onde eles verbalizariam seus incômodos utilizando do “espaço público da palavra” como denominou Dejours, esses espaços seriam lugares de pequenos ou grandes grupos, para discutir melhorias em nexos aos problemas apontados; como reflexão de propostas (MENDES, 2008).

Por fim, utilizando das palavras do autor Souza Filho *et al* 2015, é importante que uma equipe multidisciplinar atue nas organizações militares, para que possibilite condições melhores de vida e trabalho dos militares, tanto nos aspectos ambientais, físicos e psicológicos, com a finalidade de garantir melhor qualidade de vida desses profissionais e, conseqüentemente, melhor qualidade no atendimento à população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo foi redigido com intuito de trazer reflexão sobre importância do suporte psicológico para servidores que atuam em um ambiente de trabalho com múltiplos agentes estressores, com gatilhos que podem levar aos transtornos mentais. “Não é difícil deduzir que se trata de uma categoria profissional bastante vulnerável à produção de sofrimento psíquico [...]” (Spode e Merlo2004). Sendo assim, a função do psicólogo é fazer com que a corporação seja um meio de enriquecimento e desenvolvimento da personalidade de seus componentes. (Lima, Silva e Santos, 2015).

Os diversos fatores que contribuem para o sofrimento psíquico do militar estão relacionados desde a hierarquia, onde o lugar de cada um está devidamente claro e especificado; até a realização de sua atividade designada. Anderson et al 2002 citado por Minayo et al 2011, constatou em sua pesquisa com policiais militares, que eles sofrem estresse físico e psicológico antecipado quando saem para o trabalho [...]. O mesmo ocorre com bombeiros militares, que devem sempre estar prontos para servir a sociedade quando assim solicitado, e isso lhes exige condições físicas e mentais perfeitas (Lage 2009 *apud* Lopes 2010).

Militares terem acesso a suportes sociais em específico o psicológico, não é uma questão de privilégio, ou de gasto dispensável do Estado, é uma necessidade imediata, que pode ser comprovada através de pesquisas já citadas, e também através dos noticiários que a cada vez em um menor período de tempo notícia mais um suicídio de um militar. O trabalho do psicólogo em instituições militares tem a capacidade de trazer benefício a toda sociedade, pois um trabalhador em perfeitas condições emocionais, e psicológicas irá desempenhar muito bem seu papel junto à instituição e logo junto a sociedade que é quem desfruta dos seus serviços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAPTISTA, MakilimNunes ; MORAIS, Paulo Rogério ; CARMO, Nágila Candido do ; SOUZA, Ginaldo Oliveira de ; CUNHA, Alessandra Ferreira da Cunha. Avaliação de depressão, síndrome de burnout e qualidade de vida em bombeiros. **Psicologia Argumento**. Curitiba: V. 23, n 42, p. 47-54, 2005.

BARBOSA, Vanessa L. Psicologia jurídica: campos de atuação do psicólogo na instituição militar, 2016. No prelo.

BENEVIDES-PEREIRA, A.M.T. O estado da arte do burnout no Brasil. **Revista eletrônica interAçãoopsy**. nº 1, p. 4-11, 2003.
Disponível em: http://www.saudeetrabalho.com.br/download_2/burnout-benevides.pdfAcesso em: 09/06/2016

BLEGER, J. Psico-higiene institucional. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

BUENO M. MACÊDO, K.B. A clínica da psicodinâmica do trabalho: de Dejours às pesquisas brasileiras. **Ecos estudos contemporâneos da subjetividade**, v.2, nº2, 2012.
Disponível em <http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/ecos/article/view/1010> Acesso em: 09/06/2016

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Área Técnica de Saúde do Trabalhador Saúde do trabalhador / Ministério da Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas, Área Técnica de Saúde do Trabalhador. – Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

Brasil. Ministério da Saúde. Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil. Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde /Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde no

Brasil; organizado por Elizabeth Costa Dias; colaboradores Idelberto Muniz Almeida et al. – Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001.

CORREA, Marcos V P. et al. Configurações do assédio moral em instituições militares: aproximações dos pressupostos teóricos de Goffman a literatura sobre assédio moral. **Caderno de administração**, v.19, n.2, Maringá, 2010. Disponível em: <http://eduem.uem.br/ojs/index.php/CadAdm/article/view/16361> Acesso em: 23/11/16

DAVID, L.M.L, FARIA, M.F.B. Qualidade de vida no trabalho: construção e validação de uma escala em organizações militares do Exército. **Revista de administração da universidade de São Paulo**. v.42, nº4, 2007. Disponível em: http://200.232.30.99/busca/artigo.asp?num_artigo=1252 Acesso em: 09/06/2016

DEJOURS, C. (1994). A carga psíquica do trabalho (I. Domingues, trad.). In C. Dejours, E. Abdoucheli& C. Jayet (Orgs.) *Psicodinâmica do Trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho* (3ª ed.) (pp. 21-32). São Paulo: Atlas.

FERREIRA, M. C.; MENDES, A. M. Só de pensar em vir trabalhar, já fico de mau humor: atividade de atendimento ao público e prazer-sofrimento no trabalho. Natal: **Revista Estudos de Psicologia**. v. 6, n. 1, p. 97-108, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2001000100010&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 20/06/2017

GIL-MONTE, P. R.; PEIRÓ, J. M. *Desgaste psíquico em eltrabajo: el síndrome de quemarse*. Madrid: Síntesis, 1997.

GULA, P. PINHEIRO, N. Entre o limite e a esperança; Relato de experiência em psicologia institucional. Brasília, junho 2007. Acesso em: 20/06/17. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932007000200015

GUIRADO, Marlene. Psicologia Institucional: O exercício da psicologia como instituição. **Interação em psicologia**, 2009, 13 (2), p. 323-333, São Paulo.

GUIRADO, Marlene. **Psicologia Institucional**. 2ed, rev e ampl. São Paulo: EPU, 2004.

HELOANI, Roberto. Assédio moral – um ensaio sobre a expropriação da dignidade no trabalho. **ERA eletrônica**. v.3, n1, São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/raeel/v3n1/v3n1a12.pdf> Acesso em: 23/11/16

HELOANI, Jose Roberto; CAPITÃO, Claudio Garcia. **Saúde Mental e Psicologia do Trabalho**. São Paulo, 2003. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000200011 Acesso em: 23/11/16

HIRIGOYEN, Marie-France. **Assédio Moral**: a violência perversa do cotidiano. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072004000400019 Acesso em: 23/11/16

JACQUES, Maria da Graça. **O nexo causal em saúde/doença mental no trabalho: uma demanda para a psicologia**. Psicologia e Sociedade: Edição 3: 112-119. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

LEAL, Armstrong dos S. FRANÇA, Marlene H O. O assédio moral como conduta violadora dos direitos fundamentais no meio militar. **Caderno de administração** – v.23, n.1, Maringá 2015. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CadAdm/article/view/24793>, Acesso em: 23/11/16

LIMA, Telma C S. MIOTO, Regina C T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Ver. Katál. Florianópolis**, v.10, n.esp. p. 37-45, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf> , Acesso em: 23/11/16

LIMA, Jeferson D. SILVA Leidiane K, SANTOS, Ronaldo A A. A atuação do psicólogo institucional. Rosa, M.I.P.D (org) 1º Simpósio de psicologia, v.1, n.1, ed.champagnat. Curitiba 2015. Acesso em: 20/06/17 Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/sp2015-15990%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/sp2015-15990%20(1).pdf)

LOPES, Vanessa Rodrigues. O papel do suporte social no trabalho e da resiliência no aparecimento de Burnout – um estudo com bombeiros militares. Uberlândia, 2010.

MARTINEZ, M.C. PARAGUAY, A.I.B.B. Satisfação e saúde no trabalho: aspectos conceituais e metodológicos. **Cadernos de psicologia social do trabalho**. vol.6,pp 59-78, USP, 2003. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25851/27583> Acesso em: 09/06/2016

MASLACH, C., e JACKSON, S. E.The measurement of experienced burnout.Journal of organizational behavior, 2, 99-113, 1981. Disponível em: http://smlr.rutgers.edu/sites/smlr.rutgers.edu/files/documents/faculty_staff_docs/TheMeasurementofExperiencedBurnout.pdf Acesso em: 20/06/2017

MENDES, Ana M.(org). **Trabalho e saúde – o sujeito entre emancipação e servidão**. Curitiba: Juruá, 2008.

MENDES, Ana M. Aspectos psicodinâmicos da relação homem-trabalho: as contribuições de C. Dejours. **Psicologia Ciência e Profissão**. v 15 n.1 -3, Brasília, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v15n1-3/09.pdf>

MINAYO, Maria C. S. et al. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro. **Ciência e saúde coletiva**. p. 2199-2209, 2011.

Disponível em: <http://www.scielo.org/pdf/csc/v16n4/v16n4a19.pdf> Acesso em: 18/04/2017

PINHEIRO, L.R.S. MARIO, C. GIACOMINI, M. A atuação do psicólogo organizacional e do trabalho no norte do Rio Grande do Sul. **Revista Perspectiva**. v.36, n.136, Erechim, 2012. Disponível em:

http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/136_313.pdf. Acesso em: 08/03/17

SALES, Larissa J M. SÁ, L D. A condição do policial militar em atendimento clínico: uma análise das narrativas sobre adoecimento, sofrimento e medo no contexto profissional. **Repocs**, v.13, n.25, jan/jun, 2016. Disponível em:

<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/4279>, Acesso em: 23/11/16

SILVA, Maurivan B. VIEIRA, Sarita B. O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental. **Saúde Soc**. v.17, n 4, p. 161-170. São Paul, 2008.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v17n4/16.pdf>, Acesso em: 23/11/16

SILVA, Patricia, C. MERLO, Álvaro, R.C. Prazer e sofrimento de psicólogos no trabalho em empresas privadas. **Revista Psicol. Cienc. Prof**. v.27 n1, Brasília, 2007. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932007000100011. Acesso em: 08/03/17

SOUZA, Filho, M J. et al. Avaliação da qualidade de vida de policiais militares. **Revista bras. Ci. E Mov**. v.23, n.4, Minas Gerais, 2015.

Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/289128504_Avaliacao_da_qualidade_de_vida_de_policiais_militares_-_Evaluation_of_quality_of_life_in_military_police_officers Acesso em: 23/11/16

SPODE, Charlotte B. MERLO, Álvaro R C. Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos capitães da polícia militar. **Psicologia: reflexão e crítica**, 19(3), p. 362-370, Rio Grande do Sul, 2004. Disponível em:

www.scielo.br/prc , Acesso em: 23/11/16

WISNER, A. *A inteligência no trabalho: textos selecionados de ergonomia*. São Paulo: Fundacentro, 1994.

ZANELLI, J. **O psicólogo nas organizações de trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2002.